

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Técnico industrial: quais são suas funções e obrigações legais

O papel do técnico industrial envolve desde a elaboração de projetos técnicos, passando pela manutenção em equipamentos, a planejamento, execução e supervisão de processos produtivos e controle de qualidade operacional. Trata-se de um profissional de nível médio, regulamentado no Brasil, que desempenha funções essenciais para a conformidade legal e para a segurança dos processos produtivos.

Neste artigo, vamos explorar, inicialmente, as funções do técnico industrial, bem como esclarecer quando é obrigatório o seu registro junto ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais (CFT/CRTs). Além disso, serão detalhadas as obrigações legais que envolvem tanto o profissional quanto as empresas que o contratam. Dessa forma, a referida prática torna-se crucial para evitar passivos trabalhistas, autuações e riscos operacionais.

O técnico industrial é habilitado para atuar em diversas áreas, como mecânica, elétrica, eletrônica, química, segurança do trabalho, entre outras. Seu papel vai além da execução prática: ele pode assumir responsabilidade técnica em projetos e serviços, o que significa responder legalmente pela conformidade e segurança das atividades realizadas.

Assim sendo, entre as atribuições estão: instalação e manutenção de equipamentos industriais; supervisão de processos produtivos; emissão de termo de responsabilidade técnica (TRT); e apoio a engenheiros e gestores na implementação de normas técnicas e regulatórias.

Destaca-se, ainda, que o exercício da profissão exige, primeiramente, registro ativo junto ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), que, por sua vez, é vinculado ao CFT. Além disso, esse registro é obrigatório sempre que o técnico desempenha funções que envolvem responsabilidade técnica ou, ainda, quando emite documentos que comprovam sua habilitação.

Internet: <blog.iusnatura.com.br> (com adaptações).

Acerca dos aspectos textuais e gramaticais, julgue os itens seguintes.

- 1 O texto apresenta caráter denotativo, visto que ele não possui natureza polissêmica.
- 2 No título do texto, “Técnico industrial: quais são suas funções e obrigações legais”, ocorre um caso de coesão catafórica, que é operada pelo pronome possessivo “suas”, o qual se relaciona semanticamente com o termo “Técnico industrial”.
- 3 No trecho “O papel do técnico industrial envolve desde a elaboração de projetos técnicos, passando pela manutenção em equipamentos, a planejamento, execução e supervisão de processos produtivos e controle de qualidade operacional.”, a reescrita de “a planejamento” para **à planejamento** manteria a correção gramatical do texto.
- 4 No fragmento “Trata-se de um profissional de nível médio, regulamentado no Brasil,”, a estrutura “trata-se” é composta, respectivamente, de uma forma verbal no presente do indicativo e de um índice de indeterminação do sujeito, ambos seguidos de um termo integrante, que é o objeto indireto “de um profissional de nível médio”, e de um aposto explicativo, que é o termo “regulamentado no Brasil”.
- 5 Em “Neste artigo, vamos explorar, inicialmente, as funções do técnico industrial, bem como esclarecer quando é obrigatório o seu registro junto ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais (CFT/CRTs).”, o termo “do técnico industrial” exerce a função sintática de complemento nominal.
- 6 No trecho “O técnico industrial é habilitado para atuar em diversas áreas, como mecânica, elétrica, eletrônica, química, segurança do trabalho, entre outras.”, o termo “como” é empregado para introduzir uma cadeia enumerativa de exemplos.
- 7 Em “Assim sendo, entre as atribuições estão:”, o termo “Assim sendo” pode ser substituído, mantendo-se o sentido original do texto, por **Logo**.
- 8 No fragmento “Destaca-se, ainda, que o exercício da profissão exige, primeiramente, registro ativo junto ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT),”, o conectivo “que” classifica-se como pronome relativo.

Texto para os itens de 9 a 16.**Controle em malha fechada**

No processo típico de troca de calor, bem como nos demais casos de controle de processos, a função fundamental do sistema de controle em malha fechada, ou sistema de controle com realimentação, é manipular a relação entrada/saída de energia ou material. Dessa forma, a variável controlada do processo deverá ser mantida dentro dos limites estabelecidos, ou seja, o sistema de controle em malha fechada regula a variável controlada, fazendo correções em outra variável de processo, que é chamada de variável manipulada.

Para o controle em malha fechada, então, determina-se que: seja realizado por um operador humano (controle manual); ou que seja realizado mediante a utilização de instrumentação (controle automático).

No controle manual, o operador terá como função medir a temperatura do fluido aquecido (variável de processo) e corrigir a vazão do vapor adicionando ao trocador (variável manipulada), de forma a manter a temperatura da variável controlada no valor desejado (referência ou *set point*). Ou seja, o operador irá medir a temperatura do fluido aquecido por meio de um instrumento indicador, e este sinal será comparado com a temperatura desejada. Dessa forma, caso a temperatura esteja acima ou abaixo do valor desejado, o operador deverá atuar sobre a válvula de admissão de vapor e fazer a correção.

Internet: <static.portaldaindustria.com.br> (com adaptações).

No que diz respeito aos aspectos textuais e gramaticais, julgue os itens a seguir.

- 9 O texto caracteriza-se por ser tanto informativo quanto instrumental e, também, por apresentar construções de cunho metafórico.
- 10 O título do texto, “Controle em malha fechada”, poderia ser reescrito como **Controle em Malha Fechada.**, mantendo-se a correção gramatical do trecho.
- 11 Em “No processo típico de troca de calor,”, no início do texto, o emprego da vírgula é facultativo.
- 12 Em “ou que seja realizado mediante a utilização de instrumentação (controle automático).”, a construção “mediante a” pode ser substituída pela expressão **por intermédio da**, sem prejuízo ao sentido original e à correção gramatical do texto.
- 13 No fragmento “No controle manual, o operador terá como função medir a temperatura do fluido aquecido (variável de processo)”, a forma verbal “terá” está conjugada no futuro do presente do indicativo, e equivale semanticamente à locução verbal “vai trazer”.
- 14 No trecho “de forma a manter a temperatura da variável controlada no valor desejado (referência ou *set point*).”, as palavras entre parênteses indicam contexto de explicação, de detalhamento de uma informação anteriormente expressa.

- 15 Considerando o trecho “Ou seja, o operador irá medir a temperatura do fluido aquecido por meio de um instrumento indicador,”, é correto afirmar que a palavra “fluido” apresenta a forma variante “fluído”, o que implica a mesma classificação morfológica e a mesma aceção para ambos os termos.

- 16 No fragmento “Dessa forma, caso a temperatura esteja acima ou abaixo do valor desejado, o operador deverá atuar sobre a válvula de admissão de vapor e fazer a correção.”, a locução verbal “deverá atuar” é complementada por um objeto indireto, o qual é representado pelo termo “sobre a válvula de admissão de vapor”.

Considerando os anagramas da palavra CASTELO, julgue os itens a seguir.

- 17 O número total de anagramas é igual a 5.040.
- 18 O número de anagramas que começam com C e terminam com O é igual a 120.
- 19 O número de anagramas em que as vogais aparecem juntas é igual a 360.

Laura, Mônica e Nicole participaram de uma feira de ciências. Cada uma apresentou exatamente um dos seguintes experimentos: vulcão de bicarbonato e vinagre; cristais de açúcar; e lâmpada de lava caseira. Além disso, nenhum experimento foi apresentado por mais de uma estudante. Nesse contexto, sabe-se que

- ou Laura apresentou o vulcão de bicarbonato e vinagre, ou Nicole apresentou o vulcão de bicarbonato e vinagre;
- ou Laura apresentou os cristais de açúcar, ou Mônica apresentou a lâmpada de lava caseira;
- ou Nicole apresentou a lâmpada de lava caseira, ou Mônica apresentou a lâmpada de lava caseira;
- ou Mônica apresentou os cristais de açúcar, ou Nicole apresentou os cristais de açúcar.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20 Laura apresentou o vulcão de bicarbonato e vinagre.
- 21 A proposição “Se Mônica apresentou os cristais de açúcar, então Nicole apresentou a lâmpada de lava caseira” é verdadeira.
- 22 A negação de “Ou Laura apresentou os cristais de açúcar, ou Mônica apresentou a lâmpada de lava caseira” é “Laura não apresentou os cristais de açúcar e Mônica não apresentou a lâmpada de lava caseira”.

Durante uma semana, Gael anotou quantos passarinhos vieram beber água no bebedouro que ele colocou no quintal de casa. Assim:

- na segunda-feira, ele contou 8 passarinhos;
- na terça-feira, 12;
- na quarta-feira, 10;
- na quinta-feira, 15;
- na sexta-feira, 10;
- no sábado, 18; e
- no domingo, 11.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 23** Em exatamente 3 dias da semana, o número de passarinhos foi maior do que a média semanal.
- 24** A mediana do número de passarinhos registrados na semana foi igual a 10.
- 25** A moda do número de passarinhos registrados na semana foi igual a 10.

Dalila e Magali têm idades inteiras, em anos. Atualmente, a soma dos números que representam essas idades é igual a 42, e o produto desses números é igual a 432. Sabe-se, ainda, que Dalila é mais velha do que Magali.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 26** Dalila tem 24 anos de idade.
- 27** Há 6 anos, a soma das idades de Dalila e Magali era igual a 28.
- 28** Daqui a 4 anos, Dalila terá o dobro da idade de Magali.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos conceitos básicos de hardware e do sistema operacional Windows nas versões 10 e 11, julgue os itens a seguir.

- 29** Os SSDs com base na tecnologia NVMe (*Non-Volatile Memory Express*) utilizam o barramento PCI Express para se comunicarem diretamente com o processador, alcançando taxas de transferência de dados significativamente superiores às proporcionadas pelo barramento SATA tradicional.
- 30** A placa-mãe é o componente de hardware responsável de forma exclusiva por realizar todo o processamento aritmético e lógico de todas as instruções de programas executados no computador.
- 31** O Windows 10 e o Windows 11 utilizam o sistema de arquivos NTFS como padrão para a partição do sistema, o qual oferece recursos de segurança avançados não disponíveis no FAT32, como o suporte nativo à criptografia de arquivos (EFS).

- 32** No Windows 11, a segregação de janelas de acordo com o contexto de uso é realizada exclusivamente por meio do recurso de arranjo de telas conhecido como Snap Layouts, uma vez que o sistema operacional não dispõe de suporte nativo para a criação de múltiplas áreas de trabalho virtuais pelo usuário.

No que diz respeito aos conceitos básicos de redes de computadores, de Internet e de intranet, julgue os itens seguintes.

- 33** Uma intranet é uma rede privada corporativa que se baseia no protocolo TCP/IP – sendo o mesmo conjunto de protocolos de comunicação da Internet – e cujo acesso é restrito exclusivamente aos membros autorizados de uma determinada organização.
- 34** O protocolo HTTPS utiliza criptografia em conjunto com certificados digitais SSL/TLS para assegurar a confidencialidade da navegação do usuário.
- 35** No navegador Microsoft Edge, a remoção de *cookies* e de outros dados de sites por meio do recurso para limpar dados de navegação resulta na revogação automática e obrigatória das permissões de privacidade customizadas daquela página, tais como a autorização de acesso à câmera ou à localização do dispositivo.
- 36** No motor de busca Google, a execução da pesquisa avançada por meio da sintaxe “curso público” AND site:gov.br – edital restringe os resultados ao domínio governamental e à frase exata contida entre aspas, garantindo que o termo “edital” seja, obrigatoriamente, indexado como palavra-chave secundária nos resultados.

Quanto aos conceitos de segurança (vírus, antivírus, *firewall*) e de transformação digital, julgue os itens a seguir.

- 37** Trojans distinguem-se por possuírem a capacidade exclusiva de se autorreplicarem e se propagarem de forma autônoma pelas redes de computadores locais, explorando as vulnerabilidades de serviços de rede ativos sem requerer a execução de um arquivo hospedeiro.
- 38** O *firewall* atua no controle e na filtragem do tráfego de rede de entrada e saída com base em regras de segurança predefinidas, ao passo que a detecção e a subsequente eliminação de vírus em arquivos locais configuram tarefas típicas de programas antivírus.
- 39** Os grandes modelos de linguagem (LLMs), aplicados em sistemas de chat inteligente, atingiram um estágio tecnológico de consciência própria e sensibilidade, o que assegura a precisão matemática e a infalibilidade absoluta de todas as suas respostas factuais.
- 40** No modelo de computação em nuvem IaaS, a responsabilidade do provedor limita-se ao fornecimento e à manutenção da infraestrutura física e da virtualização, cabendo ao cliente o gerenciamento, a configuração e a atualização do sistema operacional, dos *middlewares* e das aplicações instaladas.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da ética na função pública, julgue os itens a seguir.

- 41** A ética administrativa não se satisfaz com a conformidade formal da conduta à lei, pois o servidor público, no exercício da função, deve avaliar, também, a finalidade pública, a honestidade, a justiça e a conveniência moral do ato praticado.
- 42** A conduta do servidor em sua vida privada é irrelevante para a ética funcional, pois o Código de Ética limita a sua incidência aos atos praticados no interior da repartição ou durante o expediente formal de serviço.
- 43** A comissão de ética pode aplicar censura ao servidor que incorra em falta ética, mas não possui competência para impor penalidades disciplinares típicas, como suspensão ou demissão, sem prejuízo de eventual apuração disciplinar pelos órgãos competentes.

Quanto aos princípios fundamentais da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- 44** Na publicidade institucional, a inexistência de nome, de fotografia ou de cargo da autoridade afasta a caracterização de promoção pessoal, ainda que a peça utilize slogans, elementos visuais ou contexto de divulgação capazes de associar a realização administrativa à figura pessoal do agente público.
- 45** A motivação formal de ato administrativo discricionário, ainda que não seja expressamente exigida em lei para a hipótese, impede o controle judicial de sua compatibilidade com os princípios da moralidade, da impessoalidade e da finalidade pública, pois o mérito administrativo é insuscetível de revisão pelo Poder Judiciário.

Com base na Lei nº 8.429/1992, julgue os itens a seguir, acerca dos atos de improbidade administrativa.

- 46** A divergência interpretativa da Lei, com base em jurisprudência, ainda que não seja pacificada, configurará ato de improbidade administrativa, caso o entendimento adotado pelo agente público não venha a prevalecer posteriormente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- 47** A Lei nº 8.429/1992 prevê que os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem automaticamente pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica. A responsabilização pessoal, então, somente ocorrerá se houver, comprovadamente, participação e benefícios diretos, hipótese em que responderão nos limites de sua participação.
- 48** Constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da Administração Pública, a ação ou a omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, consistente em revelar fato ou circunstância de que o agente público tenha ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.

- 49** A posse e o exercício do agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e de proventos de qualquer natureza apresentada à secretaria especial da Receita Federal do Brasil, devendo a declaração ser atualizada anualmente e sendo dispensada nova atualização na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.
- 50** O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estará sujeito à obrigação de reparar o dano, ainda que o valor da reparação ultrapasse o limite da herança ou do patrimônio transferido.

No que diz respeito ao processo administrativo federal, julgue os itens seguintes, acerca da Lei nº 9.784/1999.

- 51** O administrado que tenha a condição de interessado tem direito de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que figure nessa condição, de ter vista dos autos, de obter cópias de documentos neles contidos e de conhecer as decisões proferidas, ressalvados os dados e os documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.
- 52** O administrado somente está obrigado a prestar informações e colaborar para o esclarecimento dos fatos quando tais informações forem favoráveis ao pedido formulado, pois a busca da verdade material constitui ônus exclusivo da Administração.
- 53** A assistência por advogado é, em regra, facultativa no processo administrativo, salvo quando a representação for obrigatória por força de Lei.
- 54** O dever de não agir de modo temerário impede que o administrado apresente alegações sabidamente infundadas ou que utilize o processo administrativo de forma incompatível com a lealdade e com a boa-fé.
- 55** O direito de formular alegações e de apresentar documentos antes da decisão fica condicionado à demonstração prévia de que tais elementos serão acolhidos pela autoridade competente.

À luz da Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011 – e dos decretos que a regulamentam, julgue os itens a seguir, quanto à transparência pública e ao acesso à informação.

- 56** Uma organização social que receba recursos públicos, inclusive mediante contrato de gestão, para executar projeto de interesse coletivo, deverá observar a LAI, no que couber, quanto à parcela dos recursos públicos recebidos e à respectiva destinação, sem que tal dever de publicidade se estenda automaticamente às receitas privadas estranhas ao ajuste celebrado com o Poder Público.
- 57** Para os fins da LAI, considera-se informação sigilosa aquela submetida à restrição de acesso público, em razão de sua relevância estratégica para a Administração Pública, ainda que a restrição decorra de critério administrativo de conveniência e não esteja vinculada à segurança da sociedade ou do Estado.

- 58** De acordo com o Decreto nº 7.724/2012, deverão ser atendidos os pedidos de acesso à informação que exijam trabalhos adicionais de análise, de interpretação ou de consolidação de dados e informações, desde que o requerente indique a finalidade da solicitação e assumam os custos correspondentes ao serviço.
- 59** Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em meio eletrônico de acesso universal, o órgão ou a entidade pública deverá informar ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual poderá consultar, obter ou reproduzir a informação, ficando desonerado de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, esse procedimento.
- 60** Como alternativa ao prazo máximo de cinco anos previsto para a informação classificada como reservada, poderá ser estabelecida como termo final da restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.
- 61** As informações relativas à remuneração e ao subsídio recebidos por ocupante de cargo, de posto, de graduação, de função ou de emprego público devem ser divulgadas em portal de transparência apenas de forma consolidada ou anonimizada, pois a sua divulgação individualizada depende de consentimento do agente público, por envolver informação pessoal protegida pela LAI.
- 62** No âmbito do Poder Executivo federal, caso seja negado pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão ou entidade, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, desde que a decisão impugnada tenha sido, previamente, submetida à apreciação de, pelo menos, uma autoridade hierarquicamente superior àquela que a proferiu.
- 63** A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e deixar de observar o disposto na Lei nº 12.527/2011 estará sujeita às sanções de advertência, de multa, de rescisão do vínculo com o Poder Público, de suspensão temporária de participar em licitação e de impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a dois anos, bem como estará sujeita à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Com base na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, julgue os itens seguintes.

- 64** Uma empresa estrangeira que não possuir estabelecimento físico no Brasil, mas que oferecer aplicativo a usuários localizados no território nacional e trate dados pessoais desses usuários, submeter-se-á à LGPD, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados.
- 65** O dado anonimizado será, sempre, considerado dado pessoal para os fins da LGPD, ainda que o titular não possa ser identificado mediante a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

- 66** Ainda que o tratamento de dados pessoais esteja amparado em finalidade legítima, específica, explícita e informada ao titular, o agente de tratamento deverá limitar-se aos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- 67** No tratamento de dados pessoais de crianças, o consentimento específico e em destaque deverá ser dado por, pelo menos, um dos pais ou pelo responsável legal, admitindo-se a coleta sem consentimento quando ela for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, hipótese na qual os dados poderão ser armazenados para futuras comunicações relacionadas ao interesse da criança.
- 68** Constituem receitas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) as dotações orçamentárias, as doações, os valores apurados na venda ou no aluguel de bens de sua propriedade, os recursos provenientes de acordos, convênios ou contratos e o produto das multas administrativas por ela aplicadas.
- 69** A confirmação de existência ou do acesso aos dados pessoais será providenciada, mediante requisição do titular, em formato simplificado, imediatamente, ou por meio de declaração clara e completa, fornecida no prazo de até 15 dias, contado da data do requerimento do titular, sendo observadas as informações sigilosas comercial e industrial.
- 70** O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto de 25 representantes, titulares e suplentes, entre os quais se incluem 5 representantes do Poder Executivo federal e 3 representantes do Senado Federal.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca das abordagens da administração e da nova gestão pública no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 71** A abordagem sistêmica estuda as organizações como sistemas abertos que interagem continuamente com o ambiente externo para garantir a sua sobrevivência.
- 72** O modelo da nova gestão pública no Brasil reforçou o centralismo estatal e o controle rígido dos processos internos para garantir a segurança jurídica.

Quanto às funções administrativas e à cultura organizacional, julgue os itens a seguir.

- 73** A função administrativa de organização determina os objetivos e as metas que a organização deve alcançar no futuro, definindo as tarefas de cada setor.
- 74** A liderança e a cultura organizacional são conceitos interdependentes, mediante os quais os líderes criam as culturas e as culturas moldam os futuros líderes do grupo.

Em relação à gestão de pessoas nas organizações públicas, julgue os itens a seguir.

- 75** O principal objetivo da moderna gestão de pessoas concentra-se em tratar os colaboradores estritamente como recursos produtivos padronizados, para a minimização dos custos operacionais imediatos.
- 76** Segundo a teoria da expectativa, a motivação nas organizações depende da percepção de que o esforço individual produz um desempenho eficaz capaz de alcançar recompensas valiosas ao colaborador.

No que diz respeito à gestão da qualidade nas organizações públicas, julgue os itens seguintes.

- 77** A gestão da qualidade com base na visão de Deming propõe a estabilização de rotinas burocráticas rijas, para evitar variações no atendimento ao cidadão.
- 78** O histograma permite analisar a distribuição de um conjunto de dados contínuos, revelando visualmente o comportamento, a dispersão e a centralidade de um processo produtivo.

Quanto à gestão de processos nas organizações públicas, julgue os itens a seguir.

- 79** A implantação bem-sucedida da gestão por processos requer a substituição da estrutura funcional por arranjos organizacionais essencialmente horizontais.
- 80** O redesenho de processos exige o mapeamento prévio de restrições normativas para resguardar a legalidade dos atos administrativos modificados.

No que se refere à organização da Administração Pública brasileira e aos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 81** Os órgãos da Administração Direta possuem patrimônio próprio e autonomia financeira para executar as políticas públicas definidas pelos ministérios aos quais estão vinculados.
- 82** O silêncio da Administração Pública configura legítimo ato administrativo omissivo, produzindo efeitos jurídicos imediatos e gerando a presunção automática de deferimento de um pedido.

No que concerne à administração de recursos materiais nas organizações públicas, julgue os itens seguintes.

- 83** A codificação é a etapa de classificação de materiais em que ocorre a atribuição de uma série de números e(ou) letras a cada item, de forma que essa informação represente as suas características.
- 84** De acordo com o método da média móvel, o consumo do próximo período é obtido a partir da média aritmética simples dos dados de consumo de períodos anteriores.

Com base na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir, quanto às licitações e aos contratos administrativos.

- 85** O superfaturamento é o dano provocado ao patrimônio da Administração Pública, caracterizado estritamente pela medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas.
- 86** O processo de licitação é composto de seis fases sequenciais: a preparatória; a de divulgação do edital de licitação; a de apresentação de propostas; a de julgamento; a recursal; e a de homologação.
- 87** O sistema de registro de preços pode ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, e são suscetíveis de atualização periódica dos preços registrados.
- 88** É dispensável a licitação para uma contratação que tenha por objeto bens ou serviços produzidos no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

À luz da Lei nº 13.019/2014, julgue os itens seguintes, acerca das parcerias realizadas pela Administração Pública.

- 89** O acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias entre a Administração Pública com as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, propostas pela própria Administração, que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- 90** As diretrizes fundamentais do regime jurídico de parceria estão resumidas na promoção, no fortalecimento institucional, na capacitação e no incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o Poder Público, bem como na priorização do controle de resultados.

- 91** A União pode instituir, em coordenação com os estados, com o Distrito Federal, com os municípios e com as organizações da sociedade civil, programas de capacitação voltados a administradores públicos, representantes das próprias organizações da sociedade civil e membros de conselhos de políticas públicas.
- 92** A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

No que diz respeito às estruturas organizacionais e à cidadania no atendimento ao público, julgue os itens a seguir.

- 93** A estrutura linear caracteriza-se pela cadeia escalar e pela unidade de comando, em que cada subordinado responde formalmente a um único superior.
- 94** A garantia de acessibilidade física e linguística no atendimento público constitui faculdade discricionária do gestor, condicionada à disponibilidade orçamentária prévia da organização pública.

No que concerne à redação oficial de documentos e às etapas do serviço de protocolo nas organizações públicas, julgue os itens seguintes.

- 95** Na construção “O comitê aprovou a verba e a obra começou”, a coesão é inexistente, visto que a conjunção aditiva impede a transição harmônica das ideias.
- 96** O setor de protocolo, ao receber um lote de recursos administrativos idênticos, deve realizar a classificação dos documentos com base na ordem cronológica de chegada física.

Em relação ao trabalho em equipe nas organizações públicas, julgue os itens a seguir.

- 97** Os colaboradores mantêm o bom relacionamento diante de imprevistos ao exercerem a reflexividade, adaptando o plano de ação coletivo quando for necessário.
- 98** Os colaboradores tendem a adotar comportamentos receptivos e colaborativos quando a organização valida as suas contribuições e tolera irrelevantes erros honestos cometidos em equipe.

Quanto à organização e ao controle de documentos nas organizações públicas, julgue os itens seguintes.

- 99** O princípio da unicidade arquivística preconiza que os documentos produzidos em formato digital perdem a sua natureza arquivística singular se forem replicados em múltiplos servidores de armazenamento.
- 100** Ao receber por e-mail um documento com assinatura digital qualificada, será desnecessária a impressão física imediata da peça para validar juridicamente a sua autenticidade.

Quanto à Lei nº 5.524/1968, que trata do exercício da profissão de técnico industrial, julgue os itens a seguir.

- 101** Considerando os requisitos para o exercício da profissão por brasileiros diplomados no exterior, infere-se que o diploma de instituto técnico industrial estrangeiro é um documento suficiente para o exercício profissional imediato no Brasil, desde que o curso seja regular e válido no país de origem, dispensando-se, assim, trâmites adicionais de revalidação.
- 102** A análise do escopo de aplicação da Lei nº 5.524/1968 revela que as suas normas se limitam, exclusivamente, aos técnicos industriais, não sendo extensíveis aos técnicos agrícolas de nível médio.
- 103** Suponha-se que uma indústria de grande porte tenha contratado um profissional para o cargo de técnico industrial de nível médio sem que este possua a devida habilitação legal, justificando que, por ser uma empresa da economia privada, não estaria sujeita às exigências de habilitação profissional da Lei nº 5.524/1968. Nesse caso, é correto afirmar que essa justificativa da empresa, diante do texto legal, não procede.
- 104** Suponha-se que um técnico industrial tenha sido designado por sua empresa para orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações em uma unidade fabril. Nesse caso, é correto afirmar que, ao assumir essa função, o profissional está exercendo uma atividade que integra o seu campo de realizações legalmente previsto.

Conforme o Decreto nº 90.922/1985, que regulamenta a Lei nº 5.524/1968, julgue os itens seguintes, a respeito do exercício da profissão de técnico industrial.

- 105** Suponha-se que um técnico em edificações que tenha projetado e dirigido a construção de uma residência de 70 m² utilizou estrutura de concreto armado para a sustentação. Nesse caso, é correto afirmar que ele está atuando dentro de suas prerrogativas legais.
- 106** Suponha-se que um técnico em eletrotécnica tenha sido contratado para projetar uma instalação elétrica com demanda de energia de 750 kVA. Nesse caso, é correto afirmar que o profissional agiu dentro da legalidade ao assumir a responsabilidade técnica pelo projeto.
- 107** Suponha-se que uma empresa de técnicos industriais tenha decidido realizar uma obra em uma região diferente daquela onde possui registro original, por um período previsto de 190 dias. Nesse caso, é correto afirmar que a empresa estará dispensada de proceder ao registro na nova região, bastando, para isso, o visto no registro original.
- 108** Deve-se avaliar como nulo o ato de um técnico industrial que assina um projeto de sua especialidade, mas que deixa de indicar, explicitamente, o seu número de registro e o Conselho Regional que o expediu.

Acerca do Decreto nº 4.560/2002, julgue o item a seguir.

- 109** Ao analisar as competências do técnico agrícola em relação à elaboração de projetos, observa-se que o limitador financeiro de R\$ 150.000 é uma restrição que incide especificamente sobre projetos de crédito rural e agroindustrial, não sendo mencionada tal limitação pecuniária para projetos de topografia na área rural ou de construção de benfeitorias rurais.

Com base na Lei nº 13.639/2018, que cria o Conselho Federal (CFT) e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais (CRTs), julgue os itens seguintes.

- 110** A análise das fontes de receita revela que o Conselho Federal (CFT) é financiado integralmente por dotações diretas do orçamento geral da União, não dependendo da arrecadação dos Conselhos Regionais.
- 111** A estrutura da diretoria executiva, tanto no nível federal quanto no regional, é idêntica em termos de cargos, sendo composta de cinco diretores eleitos.
- 112** Ao analisar a estrutura federativa dos Conselhos, nota-se que os Conselhos Regionais (CRTs) possuem autonomia financeira, porém o Conselho Federal (CFT) é quem detém a competência de homologar as prestações de contas e os regimentos internos desses Conselhos Regionais.

À luz do Regimento Interno do CRT-ES, julgue os itens seguintes.

- 113** Um conselheiro titular do CRT-ES que deixar de comparecer, sem justificativa, a duas reuniões para as quais tenha sido, regularmente, convocado dentro de um período de 12 meses sofrerá a perda compulsória de seu mandato.
- 114** Considerando as atribuições do presidente do CRT-ES, no que diz respeito à gestão financeira, infere-se que ele possui autonomia plena para autorizar o pagamento de despesas emergenciais, independentemente de prévia aprovação ou deliberação do plenário, visando garantir a celeridade administrativa da autarquia.
- 115** Suponha-se que, durante a apreciação de uma matéria complexa em reunião plenária, um conselheiro tenha solicitado formalmente um pedido de vista para melhor análise do processo. Nesse caso, é correto afirmar que, sob a ótica do rito processual regimental, deve-se avaliar como uma conduta irregular o fato de o conselheiro reter os autos por duas reuniões ordinárias consecutivas, sob a justificativa de que a matéria exige estudos técnicos aprofundados.

No que diz respeito à Resolução CFT nº 190/2022, que aprova o PNFI – Plano Nacional de Fiscalização Integrada –, no período de 2023 a 2027, julgue os itens a seguir.

- 116** Suponha-se que um Conselho Regional de Técnicos Industriais (CRT) estivesse elaborando a sua proposta orçamentária para o exercício de 2027. Nesse caso, é correto afirmar que, de acordo com as metas estabelecidas no PNFI 2023/2027, o percentual mínimo do orçamento que este regional deve, obrigatoriamente, destinar às atividades finalísticas de fiscalização para esse ano específico será de 47%.

- 117** Acerca da proteção de dados e do poder de polícia administrativa, deve-se avaliar como legítima a conduta de um agente fiscal que solicita a uma empresa os dados pessoais de seus empregados técnicos para fins de conferência de registro. No entanto, o Conselho Regional assume a obrigação de resguardar o tratamento desses dados para a finalidade exclusiva de fiscalização.

À luz da Resolução CFT/CRTs nº 206/2022 (Código de Ética Profissional do Técnico Industrial), julgue os itens seguintes.

- 118** Ao analisar as sanções aplicáveis por infrações ético-disciplinares, verifica-se que a pena de cancelamento do registro profissional é uma medida extrema, imposta obrigatoriamente ao técnico que venha a acumular duas sanções de suspensão do exercício profissional, com trânsito em julgado, no período de cinco anos.
- 119** Suponha-se que um técnico industrial tenha sido nomeado para atuar como perito em um processo judicial envolvendo um litígio sobre a execução de uma obra. Nesse caso, é correto afirmar que, no cumprimento desse encargo, o profissional deverá pautar a sua conduta pela imparcialidade e pela legalidade, limitando-se a relatar os fatos técnicos pertinentes e a apresentar a documentação existente, independentemente de pressões externas.

Quanto à Resolução CFT/CRTs nº 288/2025, que trata da fiscalização do exercício profissional do técnico industrial, julgue o item seguinte.

- 120** Suponha-se que, após ser notificado por uma irregularidade em sua placa de identificação de obra, um técnico industrial tenha decidido protocolar o seu recurso fundamentado enviando capturas de tela e documentos por meio do aplicativo WhatsApp oficial do CRT regional. Nesse caso, é correto afirmar que, sob as normas de comunicação de atos, esse procedimento de protocolo é considerado válido e tempestivo.



ANOTAÇÕES